



**Manoel Bomfim
e a escrita da história
como orientação**



Copyright © 2021, Carolina de Oliveira Silva Othero.

Copyright © 2021, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Curadoria

Aknaton Toczec Souza (UNISECAL) • Alexandre Avelar (UFU)

Arthur Ávila (UFRGS) • Bruno Guimarães (UFOP) • Cíntia Vieira (UFOP)

Cláudia Viscardi (UFJF) • Diogo Silva Corrêa (UVV) • Dirce Solis (UERJ)

Fabiana Fredrigo (UFG) • Fabio Franzini (UNIFESP) • Flávia Varella (UFSC)

Georgia Amitrano (UFU) • Gessica Guimarães (UERJ) • Julio Bentivoglio (UFES)

Karina Anhezini (UNESP FRANCA) • Marcelo Moraes (UERJ)

Marcelo Rangel (UFOP) • Maria Da Glória Oliveira (UFRRJ)

Pablo Ornelas (UVV) • Rafael Haddock-Lobo (UFRJ) • Ueber de Oliveira (UFES)

Valdei Araujo (UFOP)

*Para meus pais,
Rosiléa e Marco Tulio,
com muito amor e gratidão.*

Cartas aos Leitores

Caro(a) leitor(a),

Estudar as mais diferentes escritas da história ao longo do tempo pode ser um modo de provocar os historiadores e intelectuais do presente, apresentando novas questões acerca das possíveis funções cognitivas e políticas que o conhecimento histórico pode assumir no mundo. O livro que você tem em mãos busca investigar a escrita da história de Manoel Bomfim, um intelectual que, em meados da década de 1920, escreveu uma série de três ensaios sobre a formação histórica do Brasil, apostando fortemente que a “importância prática da história” estava “em multiplicar as forças” dos que sabiam “utilizar as experiências do passado”. Para ele, o passado poderia ser força que impulsionava o presente em vez de retê-lo, desde que os vivos soubessem traduzi-lo em “orientação”. Talvez essa palavra, orientação, seja a que melhor exprima a função atribuída à história para Bomfim, uma vez que ele considerava que, naquele momento, o Brasil vinha sendo conduzido “aos trancos de cego desorientado”, incapaz de vislumbrar “a rota” em que prosseguia. Seus ensaios buscavam responder a dilemas urgentes daquele momento, especialmente a terrível crise de legitimidade pela qual passava a República brasileira. Bomfim e muitos outros intelectuais foram buscar no passado respostas para tal crise, acreditando que era preciso não apenas conhecer os processos históricos que configuravam o presente, mas também nutrir uma relação afetiva com os “sonhos de liberdade e justiça”, “anseios” e “vozes de esperança” que existiram no passado e poderiam ser reintegrados ao mundo dos vivos.

Quase um século depois, acredito que a escrita da história de Bomfim pode suscitar muitas questões para nós, mulheres e homens do presente. Sem dúvida, o autor, outros intelectuais e historiadores que aturam naquele contexto histórico não podem ser tomados como modelos de atuação intelectual no espaço público ou mesmo de escrita da história, uma vez que vivemos em um mundo muito diferente do deles. No entanto, talvez possamos, em diálogo com seus textos e projetos político-culturais, repensar nossa atuação no presente, como historiadores, professores, pesquisadores e até

mesmos cidadãos de uma democracia que, em meio a uma pandemia e um governo com fortes traços autoritários, vive um forte período de crise e desorientação. Afinal, não desejamos também que o conhecimento histórico seja força que oriente os vivos na construção do futuro? Em um momento marcado pelo presentismo e por uma grande desvalorização das ciências humanas, o estabelecimento de uma relação cognitiva, mas também afetiva com as experiências passadas não teria um potencial transformador?

Acredito que essas são apenas algumas de muitas questões que podemos formular a partir do diálogo com esses intelectuais que, no começo do século XX, apostaram no poder da história *de orientar os vivos*. *Espero que o leitor possa elaborar muitas outras questões a partir da leitura desse livro e que se sinta estimulado pelos debates e dilemas que perpassavam o mundo político, cultural e intelectual naquele contexto, como eu fiquei ao longo de minha pesquisa*. Por fim, gostaria de agradecer à CAPES que financiou a pesquisa de mestrado que deu origem a essa obra, bem como ao meu orientador, professor Dr. Douglas Attila Marcelino. Agradeço também à editora Milfontes por incluir este trabalho no catálogo de clube de livros Ethos

Boa leitura!

Carolina de Oliveira Silva Othero

CAROLINA DE OLIVEIRA SILVA OTHERO

Manoel Bomfim e a escrita da história como orientação

Coleção ETHOS - Nosso Clube

Volume VIII



EDITORA MILFONTES

Vitória, 2021

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa:

Autor: *não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Lucas Bispo Fiorezi

Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O87m OTHERO, Carolina de Oliveira Silva.

Manoel Bomfim e a escrita da história como orientação/ Carolina de Oliveira Silva Othero. Coleção Ethos - Nosso Clube. Volme 8.

Vitória: Editora Milfontes, 2021.

330 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-86207-56-9

1. Manoel Bomfim 2. Nação 3. Escrita da História I. Othero, Carolina de Oliveira Silva II. Título.

CDD 920.71

15 Prefácio

23 Introdução

43 PARTE 1

**A escrita da história e a
configuração do tempo da nação**

51 I. O problema da tradição e o tempo histórico

89 II. A formação do Brasil e a temporalidade da nação

129 PARTE 2

**A escrita da história entre
símbolos e metáforas**

137 III. A tradição como “tessitura de símbolos”:
a dimensão histórica da linguagem

163 IV. A formação nacional e as palavras

193 V. O intelectual, o historiador e o mundo dos
símbolos: a palavra que é ação

221 PARTE 3

A escrita da história e a república

231 VI. Essa não era a república dos meus sonhos:
a escrita da história e os males do presente

269 VII. A escrita da história, a república e o
futuro da nação

309 Considerações finais

Prefácio

Manoel Bomfim entre conceitos e metáforas

Entre a dívida e a partida, uma possível identificação e o necessário, e por vezes difícil, luto que estabelece uma separação, o estudioso da historiografia se coloca na tarefa de se interrogar sobre o que sujeitos do passado, como Manoel Bomfim, fizeram da história. Sua preocupação maior é, sem dúvida, com as formas da escrita da história no presente, sobretudo com a possibilidade de multiplicar as compreensões sobre o que significa a prática historiadora.¹ Desnaturalizar a solidificação das tradições produzida pela passagem do tempo ou, como diria Manoel Bomfim, liberar o presente “aliviando-o de todo peso morto”, eis uma tarefa singularmente complexa. Se algo dessa preocupação parece ecoar Bomfim, certamente ela torna-se o principal desafio enfrentado por Carolina Othero em *Manoel Bomfim e a escrita da história como orientação*, livro que foge completamente a certos lugares comuns acerca de um autor significativamente retomado nos últimos anos (aos olhos de hoje, Bomfim parece longe da imagem do “rebelde esquecido”, que deveria ser estudado por ter sido colocado fora do cânone). Um conjunto de frutíferas escolhas, associado a uma sensibilidade analítica bastante incomum, tornaram possível, assim, o surgimento de um outro Bomfim, mais um, que não necessariamente se choca com aqueles de abordagens anteriores, mas ganha contornos específicos e permite colocar novos questionamentos sobre o que significa fazer historiografia.

A primeira dessas escolhas envolve o material selecionado para a análise, como a feliz ousadia de enfrentar a volumosa trilogia

1 Sobre a escrita da história como exercício do luto, o significado de investigar “o que foi feito da história” (por Freud, no caso) e os sentidos mais aprofundados da expressão “fazer história”, Cf. CERTEAU, Michel de. *La fable mystique I (XVIe - XVIIe siècle)*. Paris: Gallimard, 1982, p. 9 et seq; *Idem. L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

de Bomfim: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Material substancioso para uma dissertação de mestrado, verdadeiramente desafiador, sumamente rico pela forma arguta e imaginativa de escrita do autor, complexo por representar ao mesmo tempo a tentativa de produzir um ensaio coerente sobre a história brasileira e por conter particularidades formais e, mesmo, ideias e pensamentos que singularizam cada um dos três livros. Ciente dessas particularidades, Carolina Othero tratou de indicá-las, mas não se deixou intimidar pelas descontinuidades, comprovando também a existência de certas permanências conceituais que permitem apontar um projeto historiográfico e, sobretudo, um projeto de vida, conforme se pode notar pelas concepções de Bomfim sobre o papel dos intelectuais, sobre o significado da escrita da história como “orientadora”, sobre a relevância das práticas pedagógicas e da ação política (a própria escrita sobre o passado, conforme demonstrou Othero, era também um modo de agir para o autor, não devendo ser descolada de outras atividades, como, por exemplo, sua longa permanência na direção do *Pedagogium*, o museu pedagógico brasileiro).

Ainda no que diz respeito ao material de análise, por outro lado, a maior e mais feliz ousadia não está no enfrentamento da trilogia, mas sim no confronto entre esse conjunto de livros (iniciados, ao menos, desde 1925) e a obra *Pensar e Dizer*, publicada poucos anos antes (1923) e, salvo raras exceções, completamente ignorada pelos historiadores. Essa simples escolha suscita uma questão: o que fez os historiadores deixarem de lado essa obra fundamental? Como nos mostra Carolina Othero, é por meio de *Pensar e Dizer* que podemos perceber, na sua maior riqueza, toda a centralidade da preocupação de Bomfim com o papel do mundo simbólico na vida humana, com o poder criador da imaginação, com as relações entre experiência e linguagem. Tratando-se de um autor tão cioso do emprego de metáforas, que fez farto uso dessa e de outras figuras de linguagem, configurando uma poética historiográfica bastante peculiar, quais as implicações de negligenciar justamente o livro no qual ele mais refletiu sobre a importância do simbólico na vida das coletividades humanas?

Ou mais: quais as implicações disso para o exame da sua prática historiográfica? O livro de Carolina Othero, nesse caso, inverte o esperado, demonstrando que o maior risco não é exatamente o de enfrentar *Pensar e Dizer*, mas o de desconectá-lo de sua atividade de historiador, compartimentando a obra de Bomfim entre diferentes campos de saber, cujas próprias historicidades (e, portanto, sua constituição como disciplinas autônomas) devem ser alvo de interrogação historiográfica.

Esse ponto é muito importante, pois ele envolve justamente uma escolha diferenciada em relação à maior parte dos estudos sobre Bomfim, geralmente premidos pela necessária identificação de sua obra com o campo da sociologia, da psicologia, da pedagogia ou da história. Divisão que parece não apenas reproduzir limites que talvez o próprio Bomfim não impusesse tão estritamente à sua produção intelectual, mas, por vezes, parece mimetizar uma disputa pelo cânone cujo risco é justamente o de naturalizar fronteiras que poderiam se tornar elas mesmas o problema da investigação. Afinal, uma das maiores riquezas da obra de Bomfim não estaria nesse cruzamento das fronteiras? Não há dúvida de que essa circulação de Bomfim pela sociologia, pela psicologia, pela pedagogia e pela história guardava relação com o estado menos definido dos campos disciplinares e com a maior abertura das atividades letradas em sua época, mas tal fato não retira das pesquisas sobre suas práticas intelectuais a potencialidade crítica que nos permite justamente repensar o enrijecimento de fronteiras tão em voga nos dias de hoje.

Todas as reflexões de Bomfim sobre o significado e as formas de alteração das tradições, centrais para a compreensão de sua escrita da história, de sua forma de entendimento da temporalidade, da superação do passado e do surgimento do novo, ganham contornos até então impensados se confrontadas com as teses de *Pensar e Dizer*, renovando de modo substancial a compreensão que temos do autor de *América Latina: Males de Origem*. Aliás, essa é uma outra feliz escolha do livro de Carolina Othero, que ajuda a compreender sua capacidade de fugir dos lugares comuns em relação à obra de Bomfim: como ela aponta, talvez muitas das teses permeadas pela lógica dualista do “resgate”

ou da “condenação” do autor, que repercutem em binarismos como objetividade/subjetividade, ciência/arte, progressista/conservador, guardem relação com uma projeção das teses do livro *América Latina: Males de Origem* para outras de suas obras. Isso não quer dizer, é claro, que não existam importantes estudos sobre os livros que compõem a trilogia de Manoel Bomfim, ou mesmo análises relevantes sobre *Pensar e Dizer*, mas apenas que ambas não parecem ter sido as partes mais analisadas de sua produção intelectual, o que ocorreu menos ainda com o pormenorizado confronto entre elas.

Uma problematização das fronteiras: essa poderia ser uma qualificação pertinente para o livro de Carolina Othero, que conjuga preocupações com a poética historiográfica de Bomfim, os recursos narrativos, o quadro de conceitos e metáforas por ele empregados, com interrogações próprias da história intelectual, do estudo das temporalidades históricas e do campo de pesquisas sobre as “linguagens políticas” (o qual, vinculando-se com a “história dos conceitos” de corte kosellekciano, certamente o ultrapassa, já que foi bastante alargado pelos diálogos estabelecidos com outras tradições teóricas). E foi justamente a riqueza dessa mescla de diferentes formas de abordagens que permitiu a Carolina Othero nos apresentar a possibilidade de “mais um” Bomfim. Nesse “novo” Bomfim, a crítica aos personagens do passado e as adjetivações contundentes não resultam apenas de uma parcialidade ou de uma atitude mais ou menos “progressista”, mas de uma compreensão da afetividade como um elemento essencial da escrita da história. Bomfim se impacientava, se locupletava, vibrava, xingava, ironizava, enfim, era tomado de diferentes tipos de emoção ao referir-se aos personagens e aos eventos passados. Mas, isso não ocorria por uma perda momentânea de objetividade por parte do historiador de corte historicista, nem pela visão simplista de que o passado é uma construção pura e simples do presente, podendo-se fazer qualquer coisa com a tradição. A linguagem carregada de emotividade de Bomfim na trilogia, quando confrontada com as teses de *Pensar e Dizer*, adquire um novo significado, tendo em vista a relevância de sua preocupação com a natureza simbólica, fundamentalmente poética, do trabalho de refiguração das “tradições”.

É interessante notar que, se a noção de “tradição” (já apontada como central para Bomfim por outros analistas) envolvia a emotividade e a afetação daquele que escreve sobre o passado, ela parece remeter também para uma preocupação com as sensações produzidas nos próprios leitores. Talvez apenas isso possa explicar como a relevância conferida à afetividade do historiador se conjugava com um emprego sofisticado dos recursos conceituais e de outras figuras linguísticas, como no vasto e rico uso de metáforas, indicativo de que essa emotividade do historiador não se confundia com uma escrita apenas impulsiva e pouco refletida. Não poderia ser de outra forma, claro, pois seria esperar muito pouco do autor de uma obra complexa como *Pensar e Dizer*, que argumentava que “em todas as sociedades os primeiros criadores do pensamento organizado foram os poetas”, acreditar que a escrita da história se resolveria por adjetivações irrefletidas. Mas, a percepção mais aprofundada de todas as implicações do uso complexo que Bomfim fez da linguagem na trilogia, agora podemos saber com o estudo de Carolina Othero, não pode prescindir do conhecimento das sofisticadas teses do autor sobre o papel da imaginação e do simbólico na construção dos laços comunitários elaboradas em *Pensar e Dizer*. A metáfora era amplamente empregada na trilogia por um autor que já havia refletido, em uma obra em particular, sobre o seu significado e sua potência criadora.

Nesse sentido, o “novo” Bomfim permite perceber também a convivência de uma concepção processual do tempo, nos já esperados moldes historicistas, com uma reflexão mais complexa sobre a necessidade de refigurar a tradição por meio do estudo de toda a potencialidade existente no passado, numa espécie de exercício intelectual que faz lembrar as melhores teses benjaminianas ou as mais recentes indagações ricoeurianas sobre “o efeito retroativo do futuro sobre a memória e a história por meio de um olhar para as promessas não cumpridas no passado”.² Buscando “desenterrar” os “tesouros perdidos” da “verdadeira tradição republicana brasileira”,

² Cf. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994; RICOEUR, Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1999, p. 74 et seq.

a escrita de Bomfim pode estimular a lembrança da crítica de ambos os autores mencionados à mortificação do passado, à desconsideração do valor das utopias, paixões e expectativas de futuro, as quais, num determinado presente, constituíram projetos cujo esforço da história escrita pelos vencedores foi, depois, o de apagar da memória. Contra o “panorama de cemitérios” de Varnhagen, ou mesmo o tratamento purista da língua nacional pelos “gramáticos amantes de cadáveres”, Bomfim reivindicava o papel da imaginação na transformação das “tradições” e, portanto, de tudo aquilo que, “do passado, já é peso morto”. Sua concepção de passado, como mostra Carolina Othero, era complexa e múltipla:

E o passado, subsistente como influxo, vive em cada um de nós, multiplica-se em efeitos que premem o presente em vez de retê-lo, e o conduzem tanto mais eficazmente quanto melhor compreendermos seu lineamento e o traduzimos em orientação.³

Traduzir o passado em “orientação”, como se vê, era um projeto intelectual e historiográfico que expressava uma forma sofisticada de compreensão da temporalidade histórica, por meio da qual os aspectos mais vívidos da tradição apareciam manifestos em “clarões”, “lampejos”, ou seja, novamente um tratamento histórico que traz à lembrança algo das “imagens dialéticas” benjaminianas ou as críticas mais recentes à incapacidade poética da historiografia hegemônica de abrir espaço para os eventos, para as “brechas”, para as “rupturas instauradoras”.⁴ Sem dúvida, não se pretende aqui transportar Bomfim para uma crítica à *longue durée* braudeliana *avant la lettre*, muito menos transformá-lo novamente em um precursor das ideias de autores dos quais sequer poderia ter tido conhecimento, mas apenas apontar como, lido à luz das interrogações de autores hoje revisitados (como sempre acontece em qualquer exercício historiográfico, mesmo que com todos os cuidados em relação ao risco do anacronismo, um temor, aliás,

3 Trecho de *O Brasil na História*, citado por Carolina Othero.

4 Sobre as “imagens dialéticas” em Walter Benjamin, conferir DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 2014. Sobre a noção de brecha, ver MORIN, Edgar *et al.* (org.). *Mai 68: la brèche suivie de Vingt ans après*. Paris: Fayard, 2008. Sobre a noção de “ruptura instauradora”, consultar CERTEAU, Michel de. La rupture instauratrice ou le christianisme dans la culture contemporaine. In: CERTEAU, Michel de. *La faiblesse de croire*. Paris: Seuil, 1987.

que, como demonstrou Jacques Rancière, esconde também uma compreensão determinada da temporalidade)⁵ e de um confronto menos esperado de obras antes não colocadas em diálogo, Bomfim pode ganhar muitas colorações diferentes. E, certamente, mais vale multiplicarmos os Bomfins do que aprisioná-lo em classificações fáceis e reificadoras, as quais mais impedem do que facilitam sua compreensão (“republicano”, “socialista”, “progressista”).

Nada melhor para isso, evidentemente, do que o estudo aprofundado da escrita da história de Bomfim, analisando pormenorizadamente o quadro conceitual e os demais recursos linguísticos por ele empregados, fazendo as interrogações teóricas que permeiam a pesquisa ganharem as cores vivas que Bomfim tanto pareceu buscar no passado. Nesse caso, a teoria não chega depois da investigação, mas permite formular os problemas da pesquisa. Se, como nos diz Michel de Certeau, a estética corresponde à ética no campo da linguagem,⁶ sem dúvida, o estudo de Carolina Othero indica não apenas um belo emprego e uma profunda interrogação sobre a poética historiográfica, mas também um comprometimento ético que engrandece a pesquisa universitária em um momento em que tanto precisamos de exemplos que indiquem a relevância de nosso trabalho. O leitor tem em mãos, portanto, uma excelente investigação historiográfica, cuja leitura produz um Bomfim ainda “vivo” o bastante para nos fazer pensar sobre a nossa própria prática como historiadores. De certa forma, os “mortos” continuam sua atividade de “orientação” dos “vivos”, a despeito da vontade desses últimos.

Douglas Attila Marcelino

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2021.

5 Cf. RANCIÈRE, Jacques. Le concept d'anachronisme et la vérité de l'historien. *L'Inactuel*, Paris, n. 6, 1996.

6 CERTEAU, Michel de. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 2016, p. 152.

Introdução

Em outubro de 1931, foi lançado no mercado editorial brasileiro o último volume de uma trilogia escrita pelo intelectual Manoel Bomfim (1868-1932) sobre a história do Brasil. O livro *Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, publicado pela editora Francisco Alves em dois tomos, pôs fim a um projeto intelectual desenvolvido pelo autor nos anos finais de sua vida: o de escrever uma obra que pudesse investigar a formação nacional e suas particularidades, apontando os males que assolavam o presente e que dificultavam o progresso da nação brasileira. Esse projeto materializou-se em três ensaios, cujos títulos foram *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política* e o já mencionado *O Brasil Nação*, publicados respectivamente nos anos 1929, 1930 e 1931 pela editora Francisco Alves.⁷

Em outubro de 1931, mês de lançamento da última obra da trilogia, alguns jornais do Rio de Janeiro, ao fazerem a crítica do recém-lançado livro de Bomfim, avaliaram a trilogia como um todo, atribuindo-lhe algumas intenções e características. O *Jornal do Brasil*, do dia 25 de outubro de 1931, em sua sessão “Bibliografia”, caracterizou Bomfim como “ilustre pensador e sociólogo”. A última obra do autor foi considerada “obra séria e erudita”, que passava em revista a existência do Brasil através de “critérios largos de pensador e de filósofo”. O livro foi descrito como pertencendo a “um conjunto de estudos”, conformando “um trabalho ao mesmo tempo de crítica e de construção”.⁸ O *Diário de Notícias*, por sua vez, apresentou o

7 Há uma certa distância entre a data de publicação e o tempo de escrita desses ensaios. O primeiro ensaio, ‘, foi prefaciado por Bomfim em 1925 e, nele, o autor informou que a obra foi enviada para a impressão em setembro de 1927. O ensaio *O Brasil na História*, por sua vez, foi prefaciado em outubro de 1926, sendo que a obra foi dada à impressão em setembro de 1929. Por fim, o prefácio de *O Brasil Nação* foi escrito pelo autor em julho de 1928 e ele não informou quando entregou esse livro para o editor. Desse modo, se a trilogia foi publicada apenas nos anos 1929, 1930 e 1931, ela começou a ser escrita pelo menos a partir de 1925.

8 BIBLIOGRAFIA. *Jornal do Brasil*, 25 out. 1931, p. 17. [Grifos nossos].

ensaio *O Brasil Nação* a partir da seguinte manchete: “Um trecho do Brasil-Nação, a nova obra do *psychologo* dr. Manoel Bomfim”. A notícia afirmava que os dois tomos da obra completavam uma série e ainda destacou a forma como “o ilustre *professor*” estudava “à luz de *copiosa documentação* a política do império e da república”.⁹ Por fim, o jornal *A Esquerda* assumiu um tom elogioso, afirmando que, com o último ensaio, Bomfim acabava a sua “grande obra de revisão da nossa história”.¹⁰

Esse pequeno exercício de recepção revela alguns aspectos sobre a trilogia e a organização do mundo intelectual no período em que ela foi escrita.¹¹ Primeiramente, ela foi considerada uma obra que buscava revisar a história do Brasil, leitura que repercutiu as constantes críticas feitas ao longo dos ensaios aos “maus historiadores”, bem como as afirmações de Bomfim de que sua história seguia novos critérios e perspectivas analíticas. Para parte desses jornais, a trilogia possuía aquilo que se esperava da história científica naquele momento: “erudição notável” e “trato apropriado das fontes”.¹² Apesar disso, Manoel Bomfim não foi caracterizado propriamente como historiador, mas sim como pensador, professor, sociólogo, psicólogo

9 *Diário de notícias*, 31 out. 1931, p. 11. [Grifos nossos].

10 *A Esquerda*, 27 out. 1931, p. 3.

11 Não há muitos trabalhos sobre a recepção da trilogia entre seus contemporâneos e não encontramos nenhum trabalho que tenha mapeado a vendagem das obras. Sobre a recepção que o ensaio *O Brasil na História* teve na imprensa contemporânea, ver o capítulo “Leituras e leitores de *O Brasil na História*” da dissertação de mestrado de Marina Rodrigues Tonon. TONON, Marina Rodrigues. *Reinventando o Brasil: Manoel Bomfim e a crítica à historiográfica brasileira*. Dissertação (Mestrado em História e Sociedade). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2014. Ronaldo Conde de Aguiar também fez alguns comentários sobre a recepção do ensaio *O Brasil Nação* na imprensa no prefácio que escreveu para a segunda edição dessa obra publicada pela Topbooks em 1996. Cf. AGUIAR, Ronaldo Conde de. Um livro admirável. In: BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

12 Algumas notícias destacaram a preocupação documental dos ensaios. Nesse sentido, conferir, por exemplo, a sessão “Livros Novos” do *Correio da Manhã*, do dia 6 de julho de 1929, na qual o ensaio *O Brasil na América* foi considerado muito bem documentado; ou o *Correio da Manhã* de 3 de março de 1931, no qual um artigo sem autoria afirmou que o ensaio *O Brasil na História* foi escrito “à luz de documentos irrefutáveis”. Hugo Ricardo Merlo, ao estudar a recepção de *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, afirmou que os artigos da imprensa associaram a cientificidade da obra à sua erudição notável e ao trato apropriado das fontes. Percebemos o mesmo em relação à recepção dos livros de Bomfim. MERLO, Hugo Ricardo. Os critérios de legitimação da historiografia brasileira entre 1920-1940: um estudo sobre a recepção do *Retrato do Brasil* (1928) de Paulo Prado. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (org.). *Escrever história: história e historiadores nos séculos XIX e XX*. Serra: Editora Milfontes, 2017.

e, até mesmo, filósofo. Indefinição que aponta para um momento no qual as fronteiras disciplinares eram incertas. O “campo intelectual era pouco compartimentado institucional e profissionalmente”, não havendo faculdades dedicadas à formação profissional de psicólogos, sociólogos e historiadores naquele momento.¹³ Por outro lado, essa indefinição também pode ser atribuída à própria formação intelectual do autor, à sua atuação em campos disciplinares muito distintos e à forma como ele concebia o lugar dos diferentes saberes na compreensão das sociedades humanas.

Manoel Bomfim formou-se em medicina na faculdade do Rio de Janeiro em 1890, mas logo abandonou a profissão para atuar na área da educação, em diferentes cargos do funcionalismo público. Ele foi diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro entre 1898 a 1900 e entre 1905 a 1907. Atuou também como diretor do *Pedagogium*, o museu pedagógico brasileiro, entre 1896 e 1905 e entre 1911 e 1919, importante instituição para se compreender a formação intelectual do autor.¹⁴ Nela, Bomfim envolveu-se na formulação de diferentes projetos para a educação nacional, organizou uma biblioteca para a instituição, que contava com obras pedagógicas, mas também filosóficas, antropológicas e historiográficas, e conduziu as atividades de um laboratório de psicologia experimental, um dos primeiros do país.¹⁵

¹³ GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 38.

¹⁴ Cf. GONTIJO, Rebecca. Manoel Bomfim, educador e “cientista da educação”. In: GONTIJO, Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Recife: Ed. Massangana/ Brasília: MEC, 2010. O *Pedagogium* foi o nome dado ao museu pedagógico brasileiro, criado pela reforma educacional Benjamin Constant em 1890 e de fato instituído em 1891. A instituição tinha como objetivo constituir-se como um centro de referência e modelo para a educação, assegurando a implementação de um sistema nacional de educação. Deveria também oferecer, de acordo com seu regimento, conferências e cursos científicos adequados ao fim da instrução, manter gabinetes e laboratórios para o estudo das ciências práticas, dirigir uma escola primária modelo e publicar uma revista de ampla circulação, acessível aos professores. Devido a dificuldades orçamentárias, alguns desses projetos não foram concluídos. A instituição foi fechada em 1919. Sobre o *Pedagogium*, Cf. GONDRA, José Gonçalves. O veículo de circulação da pedagogia oficial da República: a Revista Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188; 189; 190, 1997.

¹⁵ Acreditamos que a biblioteca do *Pedagogium* forneceu importantes condições materiais para as pesquisas de Bomfim, como acesso a livros e revistas científicas brasileiras e estrangeiras. Ronaldo Conde de Aguiar afirmou, por exemplo, que, no ano de 1899, Bomfim, como diretor do *Pedagogium*, contratou os serviços da livraria Luso-Brasileira pelo período de um ano para fornecer à instituição a assinatura de 39 títulos

O intelectual foi também professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, instituição na qual ingressou em 1898 e onde ministrou as disciplinas Moral e Cívica, Pedagogia e Português. Bomfim atuou boa parte de sua vida nesses dois lugares sociais e, a partir deles, formulou um projeto de educação nacional que envolvia a alfabetização das crianças, a criação de escolas públicas, mas também uma regeneração mais ampla da sociedade brasileira a partir da cultura e das letras. Como apontou Angela de Castro Gomes, o campo educacional foi eleito por muitos intelectuais, ao longo da Primeira República, como espaço privilegiado para o engajamento na participação de um “projeto de nação moderna, mais democrática e mais civilizada”.¹⁶ Bomfim foi um desses intelectuais que se dedicaram a pensar uma educação nacional capaz de preparar o povo brasileiro para o trabalho, para a cidadania republicana e para o mundo moderno.¹⁷

Além dessa atuação institucional, dois outros eventos marcaram a trajetória intelectual do autor: as duas viagens realizadas para a Europa como membro de comissões nomeadas pela prefeitura do Rio de Janeiro e que tinham o objetivo estudar a organização do ensino público europeu. Na primeira viagem, realizada entre 1902-1903, Bomfim estabeleceu contato com Alfred Binet (1857-1911), com quem estudou em Paris psicologia experimental e, mais especificamente, pedagogia experimental.¹⁸ A partir dessa viagem, o autor aproximou-se mais efetivamente do campo da psicologia, aproximação que se manifestou em muitas de suas obras, inclusive em sua escrita da história.

de jornais e revistas. Entre esses periódicos estavam: *Journal d'éducation populaire*; *Revue de sociologie*; *Revue d'antropologie*, *Monde moderne*, entre outros. AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido*: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 205 et seq. Sobre a atuação de Bomfim no laboratório de psicologia experimental, Cf. PENNA, Antônio Gomes. Acerca dos psicólogos educadores na cidade do Rio de Janeiro: Manoel Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Plínio Olinto e Lourenço Filho. *Fórum educacional*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jun./ago. 1989.

16 GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009, p. 13.

17 Cf. BOTELHO, André. *Aprendizado do Brasil: a nação em busca de seus portadores sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

18 Segundo Gontijo, a pedagogia experimental fundava-se “na observação de fatos” com o objetivo de elaborar “métodos práticos destinados à avaliação da aprendizagem, à medição da inteligência e das aptidões das crianças”. GONTIJO, Rebecca. Manoel Bomfim, educador e “cientista da educação”... *Op. cit.*, p. 17.

Bomfim não apenas atuou nesses diversos campos disciplinares, ainda em formação, como também fez questão de ressaltar que o diálogo entre eles era fundamental para se compreender, em sua complexidade, as sociedades humanas. Um exemplo interessante foi a forma como pensou a psicologia. Para ele, o estudo da natureza psíquica, no homem, tinha de ser feito “numa convergência perfeita de sociologia, arqueologia, linguística, história e moral”.¹⁹ O autor também refletiu sobre a importância de se conferir um caráter sociológico ao ensino de história, de modo a permitir ao aluno melhor contemplar a “evolução social”.²⁰ Esses exemplos indicam como não foi uma preocupação de Bomfim delimitar e especificar as identidades disciplinares do conhecimento e de sua própria prática enquanto autor. Justamente por isso, diferentes memórias disciplinares reivindicaram a sua figura e diversas análises buscaram analisar o lugar de suas obras na história da pedagogia, da antropologia, da psicologia e da historiografia no Brasil.²¹

19 BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 55. Essa obra teve apenas duas edições: a original de 1923, publicada pela pequena editora Electros e a de 2006, que será a utilizada ao longo dessa dissertação. Não houve qualquer tipo de alteração do texto original na segunda edição, que apenas modificou a grafia de algumas palavras para adaptá-las às normas ortográficas atuais.

20 Cf. BOMFIM, Manoel. Metodologia da história. In: GONTIJO, Rebecca (org.). *Manoel Bomfim*. Recife: MEC/ Brasília: Ed. Massangana, 2010. [Coleção Educadores]. Esse texto foi originalmente um capítulo do livro de Bomfim *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação*, publicado em 1915 pela editora Francisco Alves.

21 Algumas interpretações acerca da figura de Bomfim e de sua atuação assumiram tons mais ou menos elogiosos a partir de meados da década 1990, período a partir do qual algumas de suas obras passaram a ser reeditadas. Nesse sentido, por exemplo, Darcy Ribeiro pensou Manoel Bomfim como “fundador da antropologia do Brasil e dos brasileiros”. Antônio Cândido, por sua vez, ao escrever uma história da sociologia no Brasil, destacou a colaboração de Bomfim, em conjunto com a de Alberto Torres e Oliveira Vianna, para a “formação da sociologia no Brasil”. Por fim, o Conselho Federal de Psicologia reeditou a obra *Pensar e Dizer*, em 2006, tornando-a parte da coleção “Clássicos da Psicologia Brasileira”. Cf. BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer... Op. cit.* Outros exemplos poderiam ser mobilizados na área da historiografia e da pedagogia. Cf. RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005; CÂNDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. *Tempo Social* - revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006. Sobre a memória e representações construídas sobre Bomfim e sua obra, ver o primeiro capítulo da dissertação de mestrado de Rebeca Gontijo, “Leituras e memórias: representações sobre um autor e sua obra”. GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868-1932) e o Brasil na história*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

A diversidade da produção bibliográfica de Manoel Bomfim foi, dessa forma, fruto de sua formação intelectual ampla, de um mundo intelectual com frouxas fronteiras disciplinares, mas também da própria concepção de conhecimento do autor. Ele escreveu livros didáticos, entre eles *Através do Brasil* (1910) e *Primeiras Saudades* (1920); obras destinadas a professoras em formação, como *Lições de Pedagogia* (1915); livros sobre o psiquismo humano, como *Noções de psicologia* (1917) e *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (1923); livros sobre zoologia e botânica e, por fim, quatro ensaios, que buscaram analisar a formação histórico-social do Brasil: *América Latina: males de origem* (1905) e uma trilogia, composta, como vimos anteriormente, pelos ensaios *O Brasil na América* (1929), *Brasil na História* (1930) e *Brasil Nação* (1931).²²

Apesar dessa diversidade, a preocupação com a história nacional e, de modo mais amplo, com a “evolução” das sociedades humanas permeou muitas das obras escritas pelo autor, especialmente os ensaios sobre a formação social e histórica do Brasil, os livros didáticos, mas também aqueles que possuíam como objeto o psiquismo humano. O conhecimento histórico foi considerado fundamental para a compreensão da psicologia, da organização das sociedades e das particularidades da nação brasileira. Bomfim concebia o ensino e a escrita da história como formas de se intervir no mundo público e de orientar as ações dos homens do presente. No entanto, é preciso destacar que a história escrita por Bomfim assumiu contornos muitos distintos dependendo do momento da trajetória intelectual do autor e do público para quem ele se dirigia.

Esse livro investigará a escrita da história produzida pelo autor em sua trilogia sobre a “formação nacional”, publicada nos anos finais da vida de Bomfim. Os ensaios *O Brasil na América*, *O Brasil na História* e *O Brasil Nação* serão analisados a partir da perspectiva de uma história da historiografia preocupada com a escritura, ou seja, com a dimensão narrativa da escrita da história e com a centralidade da linguagem na construção do passado. Afinal,

22 Ronaldo Conde de Aguiar fez um levantamento bibliográfico muito completo dos livros publicados por Bomfim, bem como dos artigos que escreveu para a imprensa periódica. AGUIAR, Ronaldo Conde de. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 521 et seq.

a operação historiográfica se materializa na fabricação de um texto, de uma narrativa.²³ Aquelas e aqueles que escrevem histórias utilizam-se de diferentes técnicas de linguagem figurativa para caracterizar os sujeitos e como eles mudam e se movem no tempo.²⁴ Considerando tais pressupostos teóricos, elaboramos as seguintes questões: quais recursos narrativos foram mobilizados por Manoel Bomfim, ao longo da trilogia, para tornar uma realidade passada dizível, imaginável e compreensível? Como, narrativamente, uma experiência temporal foi construída e elaborada?

Analisar a escrita da história de Bomfim a partir de tais questões foi uma forma de poder investigar mais de perto a poética historiográfica do autor, tão particular e, em muitos sentidos, surpreendente. A trilogia está repleta das mais diferentes metáforas, que foram utilizadas por Bomfim inclusive para elaborar reflexões teóricas sobre a história, a sociedade brasileira e a evolução humana. Há um esforço por parte dos ensaios em conferir diferentes tonalidades emotivas e narrativas aos eventos do passado nacional: alguns deles possuem um tom épico, outros, ares trágico, alguns ainda, foram narrados a partir de um tom jocoso e irônico. Ao longo da trilogia, o narrador se revela todo o tempo para o leitor: escreve, em muitos momentos, empregando a primeira pessoa, do singular e do plural, diz de suas emoções, vivências e sonhos, explicita as relações afetivas que nutre com o passado nacional e com aqueles que escreveram sobre ele. A trilogia estabeleceu também uma série de polêmicas inflamadas com aqueles considerados maus historiadores que, enfartados de “erudição morta”,²⁵ fizeram da história do Brasil um “todo confuso, desinteressante, nada estimulador e inspirador”.²⁶

²³ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁴ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. *Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994, p. 114 et seq; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Tema, meta, metáfora: porque a historiografia teme e treme diante da literatura. *Linguagem: Estudos e Pesquisa*, Goiás, v. 17, n. 2, jul./dez. 2013.

²⁵ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América...* Op. cit., p. 120.

²⁶ *Ibidem*, p. 83. Sobre os modelos de “bons e maus historiadores” que Bomfim construiu no livro *O Brasil na História*, Cf. GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história na Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

Para analisarmos tal poética historiográfica do autor escolhemos como estratégia principal investigar os conceitos e metáforas a partir de qual a “formação histórica” da nação foi narrada ao longo da trilogia. Buscaremos também compreender como os ensaios elaboraram um enredo para a história do Brasil e qual tipo de ordenamento do tempo foi possibilitado por ele. Por enredo compreendemos o modo como acontecimentos e processos históricos são ordenados em uma história inteligível, a forma como os mais diferentes eventos são convertidos em uma história a partir de “supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista”, entre outras estratégias narrativas.²⁷

Em relação ao aparato conceitual empregado por Bomfim, investigaremos mais de perto dois conceitos que ocuparam um papel central na narrativa histórica construída ao longo da trilogia: os de formação e de tradição. Conceitos funcionam como chaves explicativas ou chaves de leitura para determinada experiência histórica. Eles conferem uma coerência narrativa à representação do passado sob determinado ponto de vista.²⁸ Podemos pensá-los como recortes semânticos que asseguram a encenação escriturária. Mentalidade, classe social, povo, nação, civilização são palavras ao redor das quais se aglutinam vários sentidos e possibilidades interpretativas e a, partir delas, o relato histórico nomeia e figura a realidade passada, construindo um determinado edifício semântico.²⁹ No caso dessa pesquisa, buscamos compreender qual tipo de inteligibilidade Manoel Bomfim construiu para a história do Brasil a partir dos conceitos de tradição e de formação.

Em grande medida, o enredo da trilogia desenvolveu-se ao redor dessas dois conceitos: o caráter brasileiro foi considerado resultado de “nossa formação histórica”. Compreender esse processo formativo envolvia, para Bomfim, identificar as “genuínas tradições

27 WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário... *Op. cit.*, p. 100.

28 RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In: MEDEIROS, Bruno; SOUZA, Francisco Gouvea de; BELCHIOR, Luna Hlabi; RANGEL, Marcelo de Mello; Pereira, Mateus (org.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 264.

29 CERTEAU, Michel. *A escrita da história...* *Op. cit.*, p. 103.

nacionais”, como elas se formaram e evoluíram ao longo do tempo, dando uma feição particular à sociedade brasileira. As tradições foram personagens centrais na narrativa histórica do autor: elas eram forças históricas poderosas e silenciosas que moldavam as ações e as características dos sujeitos, ao mesmo tempo em que eram moldadas por eles. Considerando a importância de ambos os conceitos, buscamos compreender quais sentidos para a experiência histórica e qual tipo de representação do passado eles possibilitaram e configuraram. Para isso, foi preciso investigar como esses conceitos se relacionavam com outros ao longo da trilogia, bem como abordar de que modo eles se associaram a outros recursos representativos, especialmente as metáforas.

Ao analisarmos o aparato representacional a partir do qual uma dada realidade passada foi figurada na trilogia estaremos também investigando as funções políticas e cognitivas que Bomfim atribuiu ao conhecimento histórico, bem como os tipos de características epistemológicas e narrativas que a história deveria ter para cumprir tais funções. Afinal, as estratégias narrativas mobilizadas pelo autor são também a materialização, em texto, das concepções teóricas, epistemológicas e políticas que permearam a sua escrita da história. O próprio Bomfim refletiu sobre a linguagem e o estilo de diferentes escritores, cientistas e historiadores, julgando o tipo de escrita poderia atuar mais eficazmente na transformação da sociedade e na orientação dos vivos. Essa reflexão de Bomfim sobre a linguagem será também analisada de modo a compreendermos melhor as escolhas narrativas empregadas pelo autor em sua escrita da história.

Ao analisar essa urdidura da narrativa histórica ao longo dos ensaios não consideramos o texto como um produto apartado da realidade e da experiência. Ao tomar a escrita da história como objeto, buscamos justamente pensar as relações tensas e ambíguas que a escrita estabelece entre discurso e realidade, entre linguagem e experiência. Ou seja, a linguagem utilizada na escrita da história de Bomfim não estava descolada do mundo em que ele vivia, controlada e manipulada para ser um instrumento científico de interpretação do passado. A historicidade do mundo do historiador

irrompe na linguagem em que ele se expressa e nos conceitos que ele emprega. Os conceitos são palavras que possuem uma carga semântica expandida, contendo em si uma grande diversidade de experiências históricas que são mobilizadas pelos sujeitos que os utilizam.³⁰ Especialmente com a modernidade, eles passaram por um processo de crescente historicização, ou seja, foram cada vez mais se tornando entes históricos, contingentes, mutáveis, e, por isso mesmo, inseridos em constantes debates políticos e intelectuais.³¹ Levando em consideração a temporalidade dos conceitos e sua inserção em disputas pela nomeação da realidade, os termos empregados por Manoel Bomfim ao longo dos ensaios foram pensados como parte de uma rede semântica e discursiva mais ampla, compartilhada por diferentes sujeitos históricos e permeada por constante disputas simbólicas.

Por fim, consideramos como essa escrita buscou responder a dilemas que mobilizaram muito intelectuais ao longo da Primeira República, especialmente a possibilidade de construção de um Brasil moderno, a sensação de crise da República brasileira e as tentativas de se definir um lugar para o intelectual ou “homem de letras” na comunidade nacional. Afinal, é no mundo dos vivos que emergem os dilemas partir dos quais a historiografia vai visitar os mortos. Além disso, a historiografia é também um produto cultural, faz parte da intrincada, complexa, heterogênea e conflitiva rede simbólica na qual estão inseridas as sociedades humanas. Por isso, os diálogos entre história da historiografia, história cultural e história intelectual podem ser tão ricos. Nesse sentido, buscamos também reconstruir as condições de produção e de possibilidade dos textos escritos por Bomfim, reinscrevendo-os no cenário em que foram produzidos e pensando como eles se apropriaram das mais diversas produções culturais.³²

30 Cf. KOSELLECK, Reinhart. História social e história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição para a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

31 PALTÍ, Elias José. Temporalidade e refutabilidade dos conceitos políticos. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 35, dez. 2016.

32 Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.

Esse livro está organizado em três partes. A primeira delas analisará como o tempo histórico foi configurado na trilogia ou, em outras palavras, como o tempo foi articulado na narrativa histórica de Bomfim. Ao longo dos ensaios, as representações do tempo desenvolveram-se a partir de duas questões interligadas: a preocupação em compreender as forças histórico-sociais que permitiam a evolução das sociedades e a busca por uma temporalidade brasileira, ou seja, pelo *ritmo particular* da história do Brasil. Os ensaios abordaram a dimensão temporal das sociedades humanas a partir do conceito da tradição e de algumas noções constantemente mobilizadas pelo emergente campo das ciências sociais, como as de evolução, imitação, adaptação e inovação. A partir desses conceitos, investigaremos as características que o tempo histórico assumiu na trilogia e delimitaremos o tipo de relação que as coletividades deveriam, para Bomfim, manter com o seu passado para que as experiências históricas pudessem ser forças propulsoras do presente e não peso morto a impedir a evolução dos vivos. Buscaremos também compreender como a história do Brasil escrita pelo autor conferiu uma temporalidade particular à sociedade brasileira, ao concebê-la como resultado de sua “formação histórica”. Para isso, analisaremos as muitas metáforas mobilizadas para representar os sentidos e o ritmo da história nacional, bem como apresentaremos para o leitor o enredo que foi construído para a história do Brasil ao longo da trilogia.

Os modos a partir dos quais o tempo foi representado nos ensaios sertão tomados como indícios que revelavam os desafios próprios de uma experiência temporal e cultural vivida por Bomfim e alguns de seus contemporâneos. Entre esses desafios, estava o de se representar uma vivência social que foi, a partir da modernidade, cada vez mais experimentada como histórica, temporal e processual. Como falar sobre um mundo em movimento, marcado pela sensação de um cotidiano urbano que se acelerava? Em contraste com esse mundo, muitos intelectuais, principalmente a partir da década de 1870, interpretaram a história do Brasil a partir da noção de atraso, como se houvesse um descompasso entre as modernidades almejadas por eles e a forma como viam as condições objetivas da nação. A

vontade de acelerar a evolução brasileira foi ponto de partida da reflexão de muitos daqueles que se voltaram para o passado da nação para investigar o ritmo singular de sua história e sua relação com o mundo moderno. Nesse sentido, o ordenamento que Bomfim fez do tempo na trilogia será investigado em relação a esses dois dilemas que perpassavam o mundo cultural e intelectual em que ele viveu: a modernidade e o problema do atraso nacional. Para pensar essas questões, dialogaremos com Reinhert Koselleck, especialmente com a sua teoria da experiência moderna do tempo e com sua história dos conceitos.³³ Tentaremos pensar, como fez Koselleck, como a experiência do tempo se manifesta na superfície da linguagem.

A segunda parte do livro abordará as reflexões de Bomfim acerca da linguagem e seu poder de transformar a história e a sociedade. Nos ensaios, mas também nas obras do autor dedicadas à psicologia, podemos ver expressões como “tradição idiomática nacional”, “tradição mental” e “mentalidade coletiva”. Esses termos apontavam para a “semelhança mental e moral” e a “unidade de sentimento” que existiam, para Bomfim, entre os membros de uma coletividade. As particularidades mentais e morais das sociedades foram consideradas produtos de sua própria história: a literatura de uma nação, a língua nacional e o folclore foram concebidos como expressões do percurso histórico de um povo e, mais importante ainda, como forças configuradoras de seus modos de pensar, agir e sentir. O que buscaremos compreender foi como, ao longo da trilogia, essas manifestações linguísticas foram interpretadas como documentos, como indícios do processo de formação nacional. Para isso, examinaremos os diálogos tecidos pelo autor com outras histórias do Brasil que também se preocuparam com a língua portuguesa e com a literatura brasileira. Os ensaios de Bomfim serão inseridos em um cenário mais amplo, no qual diversas produções intelectuais buscavam definir e delimitar as feições da nação a partir do idioma falado pelos brasileiros.

33 Dialogaremos com a obra *Futuro Passado* de Reinhert Koselleck, mas também com autores que se preocuparam em pensar a experiência moderna do tempo e o moderno conceito de história em outros espaços que não o Europeu, especificamente no Brasil e no cotidiano urbano do Rio de Janeiro, e em momentos históricos posteriores ao abordado pelo historiador alemão, que analisa principalmente as mudanças semânticas que marcaram a configuração de uma modernidade europeia entre 1750 e 1850.

A partir das reflexões sobre as “tradições mentais” e a “língua nacional”, a trilogia conferiu uma historicidade à linguagem e aos sentimentos humanos, bem como delimitou a importância das palavras na organização das sociedades. Para pensar essa historicidade, analisaremos, além do conceito de tradição e de formação, o de símbolo, termo a partir do qual o autor delimitou as características próprias da linguagem humana.³⁴ Qual tipo de escrita da história essa conjugação entre tradição, linguagem e símbolo permitiu? A trilogia atribuiu à imaginação humana um grande poder de transformação histórico-social, afinal era ela que permitia a emergência do novo na história. As ideias, a imprensa e os poetas foram personagens centrais da narrativa histórica de Bomfim. Partindo dessa preocupação do autor com os símbolos, buscaremos compreender como a atuação do “intelectual” ou dos “homens de pensamento” foi concebida por Bomfim, analisando suas reflexões sobre o estilo dos mais diferentes escritores. Estaremos atentos às elaborações do autor acerca do poder das metáforas e da poesia, investigando como, para ele, cientistas e historiadores poderiam ser também poetas.

A terceira e última parte do livro terá como objeto de investigação o modo como a trilogia narrou a “formação política da nação”. Tal narrativa estava atrelada à sensação de crise do regime republicano brasileiro, compartilhada por muitos intelectuais. A década de 1920 foi especialmente agitada politicamente. Bomfim vivenciou de perto o movimento tenentista e suas reivindicações, o surgimento do Partido Comunista brasileiro, as comemorações dos 100 anos da Independência e o amargo diagnóstico de muitos

34 Por símbolo Bomfim compreendia qualquer tipo de representação criada pela mente humana a partir de uma série de associações. Nesse sentido, ideias, imagens, palavras e conceitos seriam símbolos que sinalizariam e representariam a realidade a partir de um processo de generalização e abreviação. Para o autor, “o aspecto generalizador constitui a essência mesmo da operação mental”, sendo que a generalização só seria possível a partir dos símbolos. Tomemos um exemplo dado pelo próprio Bomfim a palavra “tesoura” é um símbolo que indica diretamente algo que existe no mundo sensorial e, ao escutarmos ou lermos essa palavra, automaticamente a associamos a uma imagem e à ideia de cortar. No entanto, há símbolos muito mais abstratos, como as ideias de justiça, de liberdade e de felicidade, que não têm correspondência imediata no mundo sensorial. No caso desses símbolos, eles só seriam apreendidos e mobilizados pela mente a partir de uma série de associações. À ideia de felicidade, por exemplo, associam-se as de alegria, de bem-estar, de prazer etc. Essas reflexões sobre os símbolos foram desenvolvidas por Bomfim na obra *Pensar e Dizer*. BOMFIM, Manoel. *Pensar e Dizer... Op. cit.*, p. 66.

intelectuais de que a nação era ainda marcada pelo atraso.³⁵ O autor fez parte de um grupo de intelectuais que decretaram, angustiados e desiludidos, que “não era essa a república dos meus sonhos!”.³⁶ Identificaremos as críticas feitas por Bomfim ao governo republicano e o seu diagnóstico acerca dos males que afetavam a República, especialmente o “oligarquismo”, o “personalismo” e a “tirania” do Estado. Buscaremos compreender como, a partir da noção de “formação política”, a trilogia conferiu uma dimensão temporal a esses males, interpretados como resultado de um determinado processo formativo do Estado e do povo brasileiros.

A história escrita por Bomfim buscou tanto diagnosticar os males da “vida pública” brasileira, quanto elaborar outros futuros para a República. O autor propôs na trilogia uma regeneração do regime republicano a partir da verdadeira tradição republicana brasileira, que teria sido impedida de realizar-se ao longo da história do Brasil. Essa tradição foi vista como o caminho para “republicanizar a república”,³⁷ como um tesouro soterrado, um patrimônio dos brasileiros que era preciso devolver ao presente. Ao narrar esse passado nacional republicano, Bomfim mobilizou a noção de que a história deveria ser uma “consagração orientadora”, ou seja, essas experiências pretéritas deveriam ser consagradas porque seriam capazes de orientar os vivos na reconstrução do “mundo público”. Mas qual tradição republicana era essa? A partir de quais conceitos ela foi narrada? Qual tipo de relação os historiadores deveriam manter com esse passado, considerado verdadeiramente nacional? Responder a essas questões será uma forma de abordar a natureza da república almejada por Bomfim e de perceber como ele foi buscar no passado elementos possíveis para a construção de um outro futuro.

Nessa terceira parte do livro, analisaremos os conceitos de tradição e formação em conjunto com o de república. A utilização desses termos ao longo da trilogia estava relacionada às lutas

³⁵ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992, p. 6.

³⁶ VIANNA, Oliveira *apud* MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos... Op. cit.*, p. 23.

³⁷ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos... Op. cit.*, p. 26.

semânticas próprias daquele contexto, no qual projetos político-intelectuais muito diferentes disputavam o significado desses conceitos centrais para a auto-representação da comunidade política. Compreender as linguagens políticas empregadas por Bomfim será uma forma de pensar as posições que a história do Brasil escrita na trilogia ocupou diante dessas disputas político-simbólicas.

Um dos pressupostos teóricos que guiará essa parte do livro será o de que a historiografia é um dos recursos simbólicos que atuaram e atuam na configuração e na transformação do mundo político. Como propõe Rosanvallon, o político, mais do que uma determinada esfera da sociedade, pode ser pensado como o constante *trabalho* que possibilita a instituição da vida coletiva e como o processo contínuo de mobilização de mecanismos simbólicos capazes de representar a comunidade, sua organização e suas regras.³⁸ Acreditamos que a narrativa histórica também pode ser uma fonte importante para se pensar o político, no sentido proposto por Rosanvallon. A historiografia, especialmente a partir do século XIX, foi um discurso central na configuração de imaginários sociais e de memórias coletivas. As narrativas do passado, entre elas a escrita da história, também participaram da problemática definição de conceitos centrais para a auto-representação das comunidades políticas modernas. No caso desse livro, investigaremos como a história do Brasil escrita por Bomfim participou do trabalho de definição de conceitos centrais para o mundo político em que ele vivia, entre eles o de república.

Por fim, é preciso explicitar e explicar algumas escolhas dessa pesquisa. Os ensaios da trilogia serão concebidos como uma representação do passado que se produziu *entre* vários saberes e disciplinas, especialmente a sociologia, a historiografia acadêmica escrita na Europa, a historiografia produzidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelos Institutos Históricos e Geográficos regionais, e a psicologia. O esforço investigativo será o de compreender como Manoel Bomfim escreveu uma história

³⁸ Cf. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

do Brasil apropriando-se de categorias conceituais, procedimentos analíticos e concepções epistemológicas presentes em diferentes campos disciplinares, todos eles em formação no Brasil.

Para analisar essa escrita da história que conjugou diferentes saberes e teorias, especialmente aqueles provenientes da sociologia e da psicologia, colocaremos a trilogia em diálogo com outra obra de Bomfim, escrita no começo da década de 1920: o livro *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Mas qual a relação entre essa obra, geralmente enquadrada como parte dos textos de psicologia do autor, e a sua escrita da história? Nela, o autor fez uma reflexão sobre a dimensão histórica e social do psiquismo e da linguagem humana, diluindo as fronteiras entre os indivíduos e as sociedade e pensando de forma conjugada pensamento, sentimento e ação. Em *Pensar e Dizer*, podemos ver a mobilização de alguns conceitos que, mais tarde, foram empregados também na trilogia, bem como a presença de concepções epistemológicas que foram reafirmadas nos ensaios escritos nos anos finais da década de 1920. Além disso, essa foi a obra em que Bomfim refletiu mais profundamente sobre a linguagem e o estilo de poetas e cientistas. Ao evidenciar os laços e continuidades entre a trilogia e o livro *Pensar e Dizer*, poderemos explorar novas perspectivas analíticas, levantando novas questões para se interpretar a história do Brasil escrita pelo autor.

Ao propor o diálogo entre essas obras também buscaremos mostrar como não é possível delimitar, entre os textos de Bomfim, aqueles que eram de caráter historiográfico, sociológico, pedagógico e psicológico. Até que ponto essas divisões presentes nas diferentes leituras de seus textos não projetaram a atual divisão disciplinar para o passado? Um dos indícios de tal projeção é o fato da obra *Pensar e Dizer* não ter sido tomada como objeto de análise nas dissertações e teses dos campos da história da historiografia e do pensamento social brasileiro, mesmo contendo tantos elementos a partir dos quais se é possível investigar a escrita da história de Bomfim e os pressupostos teóricos, epistemológicos e políticos que perpassaram suas análises do social.

A trilogia será concebida como uma série de ensaios, marcada por continuidades e descontinuidades. No prefácio do primeiro livro, *O Brasil na América*, Bomfim afirmou: “este livro começa uma série – três, aplicada à apreciação das condições feitas à nação brasileira. Um mesmo pensamento em geral, em desenvolvimento perfeitamente distintos”.³⁹ Como vimos, também a imprensa periódica leu os ensaios como um “conjunto de estudos”, como uma “série”, “uma obra”. Tanto a afirmação de Bomfim quanto a recepção da obra na imprensa apontavam para as continuidades existentes na trilogia. Algumas preocupações perpassaram os três ensaios, entre elas o objetivo de se investigar a formação histórica do Brasil e o desejo de se desvendar as tradições que atuaram nas configurações das feições nacionais. Além disso, em alguma medida, um mesmo aparato conceitual foi mobilizado nas obras.

Essas continuidades, no entanto, não fizeram da trilogia uma unidade coerente. O ensaio *O Brasil Nação* possui diferenças notáveis em relação aos outros dois. Nele, uma revolução brasileira foi defendida como único remédio para os males da nação, projeto que não esteve presente de modo explícito nas obras anteriores. Também nesse ensaio, a análise abriu-se para uma dimensão internacional: os problemas do Brasil foram compreendidos à luz dos dilemas do capitalismo e da democracia e abordados a partir de conceitos como “capital” e “classes sociais”. Mesmo considerando essas descontinuidades, escolhemos analisar os três ensaios. Essa escolha permitiu-nos compreender como configurou-se um determinado enredo para a formação histórica do Brasil, o que não poderia ser investigado se tomássemos como objeto apenas um deles separadamente. Além disso, a leitura das três obras forneceu mais elementos para abordarmos a urdidura da narrativa histórica, pois foi possível comparar as metáforas, a construção de personagens e cenários, o tom geral da narrativa e os posicionamento do narrador em cada um dos ensaios.

³⁹ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América...* Op. cit., p. 30.

